



SENADO FEDERAL

SF/19536.96657-85 (LexEdit*)
|||||

REQUERIMENTO Nº DE - CTFC

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do disposto no art. 90, V, Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com o art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, seja o Ministro de Estado de Turismo, Marcelo Alvaro Antônio, convidado a comparecer à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de prestar informações sobre as denúncias de uso de candidaturas laranjas para desvio de recursos eleitorais

JUSTIFICAÇÃO

Em 4 de fevereiro do corrente ano a Folha de São Paulo noticiou o uso de candidaturas laranjas para desviar recursos eleitorais em candidaturas do PSL em Minas Gerais:

- Camila Fernandes Rosa, candidata a Deputada Federal, recebeu R\$ 72.000,00 do Fundo Especial pela Direção Nacional e obteve apenas 334 votos;
- Débora Gomes da Silveira, candidata a Deputada Estadual, recebeu R\$ 72.000,00 do Fundo Especial pela Direção Nacional e obteve apenas 885 votos;

- Naftali Tamar de Oliveira Neres, candidata a Deputada Federal, recebeu R\$ 60.000,00 do Fundo Especial pela Direção Estadual e obteve apenas 669 votos;

- Lilian Bernardino de Almeida, candidata a Deputada Estadual, recebeu R\$ 65.000,00, sendo R\$ 20.000,00 do Fundo Especial pela Direção Nacional e R\$ 45.000,00 do Fundo Especial pela Direção Estadual, e obteve 196 apenas votos.

- Cleuzenir Souza Barbosa Pereira, candidata a Deputada Estadual, recebeu R\$ 74.323,50, sendo R\$ 60.000,00 do Fundo Especial pela Direção Nacional, e obteve apenas 2.097 votos.

Já no dia 10 de fevereiro foi a vez de notícia com o mesmo teor em candidaturas do Partido em Pernambuco:

- Maria de Lourdes Paixão Santos, candidata a Deputada Federal, recebeu R\$ 400.000,00 do Fundo Partidário pela Direção Nacional e obteve apenas 274 votos. Foram pagos R\$ 380.300,00 para a gráfica “Juliane Mirella de Carvalho Goncalves”, CNPJ 03.635.479/0001-20.

Por fim, no dia 13 de fevereiro, houve nova notícia, também relativa a candidatura em Pernambuco:

- Erika Siqueira Santos, candidata a Deputada Estadual, recebeu R\$ 250.000,00 do Fundo Especial pela Direção Nacional e obteve apenas 1.315 votos. Foram pagos R\$ 233.100,00 para a gráfica “Vidal Assessoria e Grafica Ltda.”, CNPJ 13.292.885/0001-91, e R\$ 56.500,00 para a gráfica “Juliane Mirella de Carvalho Goncalves”, CNPJ 03.635.479/0001-20.

As verbas têm em comum a reduzida quantidade de votos alcançada pelas candidatas frente aos recursos destinados pelo PSL, o que é um forte indicativo de que foram candidaturas laranjas, com o fim exclusivo de cumprir

a determinação legal de 30% de candidaturas e de recursos destinados para a participação feminina nas eleições proporcionais. Há, também, o indicativo de destinação de recursos destas pessoas e de outras candidaturas não suspeitas para empresas de pessoas próximas aos integrantes dos Diretórios Estaduais, o que, apesar de não ser considerado ilegal pelo TSE, afronta claramente a moralidade administrativa e reforça a hipótese de desvio dos recursos nas candidaturas laranjas.

Uma das candidatas indicadas, Cleuzenir Souza Barbosa Pereira, durante a campanha eleitoral, registrou boletim de ocorrência em que acusa dois assessores do então Presidente da Comissão Executiva Estadual, e hoje Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, de cobrar a devolução de metade do valor repassado. Ou seja, não são poucos os indicativos de que os fatos representam a ocorrência de candidaturas laranjas, a fim de, cumprindo formalmente a norma de aplicação de recursos mínimos em candidaturas femininas, com possível desvio para outros proveitos, seja para enriquecimento pessoal, proveito eleitoral de candidatos homens ou quaisquer outras razões.

Cleuzenir Barbosa, candidata a Deputada Estadual em Minas Gerais, tem afirmado publicamente que o PSL promoveu um esquema de lavagem de dinheiro público em Minas Gerais, então liderado pelo hoje ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio. Segundo depoimento de Barbosa para o jornal Folha de S. Paulo, o ministro do governo Jair Bolsonaro sabia das operações. Nas palavras da candidata, veiculada pela Folha de São Paulo, na internet:"Era o seguinte: nós mulheres iríamos lavar o dinheiro para eles. Esse era o esquema. O dinheiro viria para mim e retornaria para eles. Dez mil foi o que me falaram que eu poderia ficar, foi aí que eu vi que tinha erro. Eles falaram que eu poderia fazer o que eu quisesse. Onde já se viu isso?", relatou. O caso de Cleuzenir seria o de mais uma "candidatura laranja" da legenda. Na semana passada, a Procuradoria Eleitoral

começou a investigar quatro candidatas mineiras suspeitas de serem laranjas de Marcelo Álvaro.

Fica claro que a presença do Ministro Marcelo Álvaro Antônio a esta Comissão é fundamental para que consigamos esclarecer esse fato que vem estarrecendo a República. Sendo assim, tendo em vista a competência constitucional das comissões de solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão, bem como a oportunidade de esclarecimento à disposição do Ministro, é salutar que se aprove o presente requerimento. É importante que que o Ministro coloque às claras o obscurantismo que ronda as eleições do PSL, esclarecendo à República sobre o que tomou parte neste processo eleitoral, dando a sua versão dos fatos.

Sala da Comissão, 28 de fevereiro de 2019.

**Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)
Senador da República**